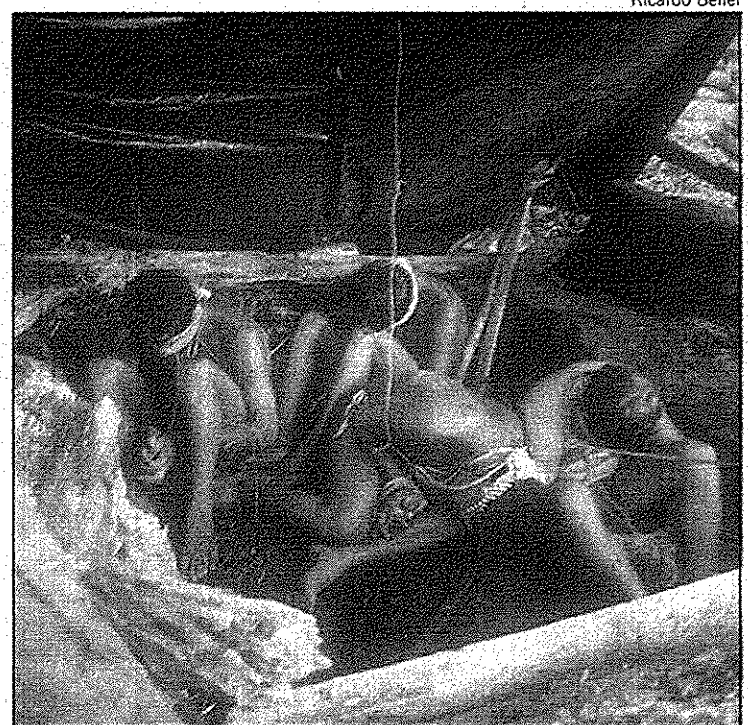


Traíra: militar depõe e IPM deve estar concluído dia 30

Acusado nega crimes denunciados por outros militares

Amaury Ribeiro Jr

• SÃO PAULO. O depoimento de um sargento da ativa encerrou ontem de manhã, na sede do Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, a fase de investigação do inquérito policial-militar (IPM) aberto para apurar a morte de colombianos no conflito do Traíra, ocorrido em 1991, na fronteira do Brasil com a Colômbia. Ao ser interrogado pelo encarregado do IPM, coronel Nestor da Silva Filho, o sargento negou ter participado da execução de garimpeiros colombianos. Em quase quatro horas de interrogatório, o militar manteve a versão oficial do Exército, de que os únicos mortos durante o conflito foram sete guerrilheiros, que teriam tombado em combate.



COLOMBIANOS PRESOS e que se queixaram de maus-tratos por militares

Mortes teriam ocorrido em represália a guerrilheiros

O conflito teve início em fevereiro de 91, com o ataques das Farcs (guerrilheiros colombianos) ao Destacamento do Traíra, que resultou na morte de três soldados brasileiros. Desde então, o Exército vem afirmando que a ação de represália teria se resumido à morte dos sete guerrilheiros.

Essa versão começou a ser questionada no mês passado, com a abertura de um IPM, instaurado por solicitação da procuradora-geral da Justiça Militar Adriana Lorandi Ferreira, após os depoimentos de dois ex-soldados Vataide Celestino do Nascimento, Antelmo Lopes e do ex-sargento Alberto Carneiro, publicados pelo GLOBO. Segundo eles, os mortos eram garimpeiros e não guerrilheiros.

A tese dos ex-militares tem sido confirmada no IPM por soldados e oficiais da ativa, que dizem ter participado da prisão de garimpeiros, na Colômbia. Nos depoimentos, soldados e oficiais da ativa reforçaram as suspeitas de que os prisioneiros teriam sido executados por um sargento e um capitão, em ações de represálias, coordenadas por um ex-subcomandante do 8º Batalhão de Infantaria da Selva.

Relatório final do IPM fica pronto até o dia 30

Em depoimentos prestados em Manaus, na última quarta-feira, dois dos acusados negaram o assassinato de garimpeiros colombianos. Por intermédio de carta precatória, um deles, que serve atualmente em Tabatinga, manteve a ver-

são de que os mortos eram guerrilheiros.

Até o próximo dia 30, o coronel Nestor deve concluir o relatório final do IPM, que será, então, encaminhado ao comandante do CMA, general Alcedi Lopes, a quem caberá dar a solução oficial do Exército para o caso.

Após a análise do general Alcedi Lopes, o IPM será remetido ao promotor da Justiça Militar da Amazônia, Irabenir de Oliveira, que poderá tomar, como providência, oferecer denúncia, pedir novas diligências ao encarregado do IPM ou pedir o arquivamento do processo. ■

► **NO GLOBO ON:**
 Dúvidas sobre as mortes no Rio Traíra
www.oglobo.com.br/fio/traira/

Ricardo Beliel